



**PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 283088-4 - Recife - PE**

Agravante: CELPE – Companhia Energética de Pernambuco.

Advogado: Flávio de Queiroz B. Cavalcanti OABPE 10923.

Agravada: DISGA Distribuidora de Alimentos LTDA,

Advogado: Antônio Elias Salomão OABPE 3208.

**2ª CÂMARA CÍVEL**

**EMENTA:** DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, CUMULADA COM PRETENSÃO OBRIGACIONAL, INDENIZATÓRIA E PEDIDO LIMINAR. ABSTENÇÃO DE CORTE DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E DE ATO CONSTRITIVO DE CRÉDITO. CONCESSÃO DA LIMINAR. AGRAVO DE INSTRUMENTO COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO. PRETENSÃO RECURSAL QUE EM RAZÃO DO QUADRO FÁTICO DEDUZIDO, CONTRARIA O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E A JURISPRUDÊNCIA SUMULADA DESTA CORTE SOBRE O TEMA DE FUNDO (SÚMULA 13). CONFIGURADO O RISCO DE DANO INVERSO EM DESFAVOR DA PARTE AGRAVADA, QUE SE VÊ FORÇADA A PAGAR VULTOSA QUANTIA EM FATURA DE CONSUMO DE ENERGIA, CALCULADA ATRAVÉS DE ESTIMATIVA DE CARGA, E COM BASE EM SUPOSTA IRREGULARIDADE APURADA UNILATERALMENTE PELA CONCESSIONÁRIA. SUSPENSÃO LIMINAR INDEFERIDA. MÉRITO. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

**DECISÃO:** "À unanimidade de votos, foi indeferido o pedido de suspensão liminar da medida agravada e, no mérito, foi negado provimento ao recurso, nos termos do voto do relator".

Sessão realizada em 24 de setembro de 2014.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 283088-4**, em que figura como agravante a CELPE – Companhia Energética de Pernambuco, e como agravada a DISGA Distribuidora de Alimentos LTDA., **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator e do termo de julgamento anexos, que integram o presente aresto.

Recife, 26 de setembro de 2014.

*Adalberto de Oliveira Melo*

**Des. Adalberto de Oliveira Melo**  
**Presidente e relator**



197  
*[assinatura]*

**PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 283088-4 - Recife - PE**

Agravante: CELPE – Companhia Energética de Pernambuco.

Advogado: Flávio de Queiroz B. Cavalcanti OABPE 10923.

Agravada: DISGA Distribuidora de Alimentos LTDA.

Advogado: Antônio Elias Salomão OABPE 3208.

**2ª CÂMARA CÍVEL**

**RELATÓRIO**

Trata-se de tempestivo recurso de agravo de instrumento em face de decisão interlocutória proferida no bojo da ação declaratória cumulada com pedido obrigacional e indenizatório nº 38695-55.2012.8.17.0001, que determinou a abstenção da interrupção do fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora da entidade autora, ora agravada, sob pena de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Nas suas razões recursais (fls. 03/14) a entidade agravante alega, em suma, que a parte autora pretende desconstituir a cobrança de duas faturas de consumo nos valores de **R\$ 5.244,52** (cinco mil, duzentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), e de **R\$ 108.584,27** (cento e oito mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e vinte e sete centavos), com vencimentos em 15/12/2011 e 25/05/2012, respectivamente.

Pontua que o lançamento das faturas decorreu de irregularidades constatadas em inspeções realizadas naquela unidade, a primeira em 13/10/2011, na qual se teria constatado "equipamento de medição com o disco de rotação parado, com carga ligada e selos de laboratório rompidos", e, na segunda inspeção, realizada em 15/12/2011, a irregularidade constatada consistiu em "ligação invertida".

Defende a litude do procedimento administrativo de apuração das irregularidades e de cobrança das faturas com base nos arts. 630, 884 e 885, do Código Civil; no art. 6º, § 3º, II, da Lei nº 8.987/95; nos arts. 129/131, 167, 171, da Resolução nº 414/2010 da ANEEL, e na jurisprudência colacionada, e conclui pugnando pela suspensão liminar da

*[assinatura]*

decisão agravada e, no mérito, pelo provimento do recurso visando à reforma definitiva dessa decisão.

Acostou os documentos de fls. 15/129.

A entidade agravada contrariou tempestivamente o recurso pugnando pelo seu desprovimento.

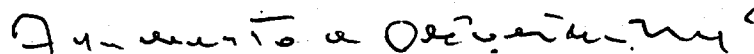
É o relatório

Decidir-sei sobre o pedido liminar na própria sessão de julgamento do recurso.

Inclua-se o feito em pauta de julgamento.

Publique-se e cumpra-se.

Recife, 10 de setembro de 2014.



**Des. Adalberto de Oliveira Melo**

**Relator**



200 ✓

**PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 283088-4 - RECIFE - PE**

Agravante: CELPE – Companhia Energética de Pernambuco.

Advogado: Flávio de Queiroz B. Cavalcanti, OABPE 10923.

Agravada: DISGA Distribuidora de Alimentos Ltda.

Advogado: Antônio Elias Salomão, OABPE 3208.

**2ª CÂMARA CÍVEL**

**VOTO**

Início assentando que a relação jurídica subjacente constitui nítida relação de consumo, na qual a sociedade empresária ora agravada figura como consumidora de serviço essencial, prestado pela concessionária agravante em sede de monopólio no âmbito do Estado, relação essa regida por arcabouço normativo cogente, porque de ordem pública e interesse social, que para além de presumir a vulnerabilidade do consumidor, lhe assegura, dentre outros direitos básicos, a efetiva prevenção de toda sorte de dano, a adequada e clara informação sobre os produtos e serviços, bem como a continuidade na prestação de serviço essencial, nos precisos termos do que dispõem os arts. 1º, 2º, 4º, I, 6º, III e VI, e 22, todos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

Consta dos autos que a CELPE promoveu a primeira inspeção na unidade de consumo da autora em 13/10/2011, na qual teria constatado o suposto vício no "equipamento de medição com o disco de rotação parado, com carga ligada, selos de laboratório rompidos, e com ranhuras no disco, conforme fotos..." (fls. 101).

Em 27/10/2011, portanto, apenas 14 (quatorze) dias após a primeira inspeção, a concessionária promoveu nova inspeção naquela unidade, registrando no documento de fls. 41, verso, a seguinte observação: "MEDIDOR SEM IRREGULARIDADE, APÓS ENSAIOS EM CAMPO".

No dia 15/12/2011 promoveu a terceira visita de inspeção na referida unidade de consumo, ali constatando suposta ligação invertida dos cabos de força, consoante se vê à fls. 42 dos autos.

201  
C

E em razão daquelas supostas irregularidades a concessionária do serviço promoveu a cobrança da quantidade de energia que reputou consumida e não faturada, enviando as faturas nos valores de **R\$ 5.244,52** (cinco mil, duzentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), e de **R\$ 108.584,27** (cento e oito mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e vinte e sete centavos), com vencimentos em 28/03/2012 e 21/05/2012, respectivamente (fls. 48 e 49, verso).

Inconformada com a cobrança das faturas a entidade ora agravada encetou defesa administrativa perante a própria CELPE e a ANEEL, e posteriormente propôs a ação originária, consoante se vê às fls. 32/38, verso, 43, verso e 44/47 dos autos.

Saliento, por oportuno, que nos documentos de cobrança de fls. 42, verso e 43, a CELPE, ao defender a legitimidade da cobrança, assenta que "para calcular os valores de energia elétrica não faturada... identificamos os valores médios de consumo mensal, o período de faturamento incorreto e utilizamos como critério de cálculo: consumo apurado proporcionalizado em 30 dias, conforme memória de cálculo...".

Todavia, de acordo com os confusos memoriais de cálculo/histórico de consumo por ela apresentado, o consumo mensal de energia da agravada no período de 20/12/2010 a 20/12/2011 variou de 206 kwh (em fevereiro/2001) a 437 kwh (em dez/2011), com um único pico de consumo de 1.499 kwh em novembro/2011, todavia, a concessionária aponta como "consumo apurado proporcionalizado em 30 dias, no período irregular de 12/2011 até 12/2011" o consumo mensal de 6.261,77 kwh, consoante do documentos de fls. 112, verso e 113.

Diante desse quadro fático-jurídico entendo que a pretensão recursal não deve prosperar pelos seguintes fundamentos.

A uma, porque a efetiva constatação das supostas (e a meu ver, improváveis) irregularidades, e por conseguinte, a legitimidade das cobranças, deve ser levada a efeito perante o juízo natural da causa, que detém a primazia do conhecimento aprofundado e exauriente acerca dos fatos e circunstâncias da lide, além de amplos poderes instrutórios do feito que não são próprios do julgador em sede recursal.

A duas, pelo fato de que a suspensão prematura do fornecimento de energia elétrica no caso concreto contraria não apenas os postulados basilares da legislação de consumo acima

4

referidos, mas também o entendimento consolidado no Verbete nº 13 da súmula de jurisprudência desta Corte, que considera abusiva a suspensão do fornecimento de energia elétrica, quando motivada pelo inadimplemento de débito unilateralmente arbitrado pela concessionária, pelo critério de estimativa de carga, após a constatação de suspeita de fraude.

Ademais, exigir o pagamento daquelas faturas a pretexto de evitar-se a suspensão do fornecimento do insumo no caso concreto, consubstancia, a meu ver, risco de dano inverso em desfavor da parte agravada, dada a possibilidade, ao menos em tese, de inviabilizar-se a continuidade do exercício da empresa em razão da vultosa quantia cobradas nas faturas, que juntas somam mais de **R\$ 113.000,00 (cento e treze mil reais)**.

Com estas considerações, eu indefiro o pedido de suspensão liminar da decisão agravada e, no mérito, nego provimento ao recurso.

É como voto.

Recife, 24 de setembro de 2014.

*Des. Adalberto de Oliveira Melo*

**Des. Adalberto de Oliveira Melo**  
**RELATOR**